

A governamentalidade política no pensamento de Foucault

The political governmentality in Foucault's thought

Cesar Candiottto¹
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

RESUMO: O artigo pretende mostrar que a edição dos cursos de Michel Foucault no *Collège de France* intitulados *Sécurité, territoire, population e Naissance de la biopolitique*, em 2004, indica não somente uma modificação da sua analítica do poder, mas também a problematização de um novo pano de fundo para a sequência de seu pensamento, que é o conceito de governamentalidade. Esse neologismo permite a análise de domínios tais como Artes de governar, Liberalismo e Neoliberalismo.

Palavras-chave: governamentalidade, analítica do poder, política, liberalismo, neoliberalismo.

ABSTRACT: This article intends to show that the publication of Michel Foucault's courses, *Sécurité, territoire, population and Naissance de la biopolitique*, given at *Collège de France*, shows not only a change of his analytics of power, but also the problematization of a new background for the continuation of his thinking. This background is the concept of governmentality. This neologism allows Foucault to analyze domains such as Arts of government, Liberalism and Neo-liberalism.

Key words: governmentality, analytics of power, politics, liberalism, neo-liberalism.

¹Doutor em Filosofia (PUC-SP), Prof. do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUCPR. Pesquisador do CNPq/PUCPR. Rua Imaculada Conceição, 1155, Prado Velho, 80215-901 Curitiba, PR, Brasil. E-mail: ccandiottto@gmail.com.

Introdução

No livro *Histoire de la sexualité, I* (1976), assim como no curso *Il faut défendre la société* (1997), Foucault sustenta que não pretende propor uma nova teoria do poder ao estilo da teoria clássica jurídico-discursiva.

Como signo do abandono dessa teoria, denomina sua posição de “analítica do poder” (Foucault, 1976, p. 109). A partir dela sustenta que a representação do poder como coisa ou posse não constitui o resultado da realização de uma potência da qual uns seriam dotados e outros não; até mesmo sua identificação com uma instituição (a mais importante delas, o Estado) ou uma estrutura dada, são somente sedimentações derivadas da confluência de forças infinitesimais e estratégias plurais atuantes no tecido societário. Sua analítica pretende ser nominalista quando entende que o poder “é o nome que atribuímos para uma situação estratégica complexa numa sociedade dada” (Foucault, 1976, p. 123).

Se o poder não se refere a uma coisa, a um objeto, mas a uma situação estratégica é porque ele é dificilmente localizável ou apropriado por alguém. Resulta serem inapropriadas e infrutíferas as teorias que se limitam a definir o poder; antes, importa detectar, situar sua operacionalidade, seu funcionamento em redes, como ele transita entre os indivíduos enquanto seus intermediários, sem que estes sejam seu lugar de origem ou seu alvo privilegiado (cf. Foucault, 1997, p. 26).

Na analítica, o poder deixa de ser deduzido de *formas* terminais, para ser situado como efeito da correlação entre *forças* germinais. A unidade tradicional do Estado é deslocada pela pluralidade e heterogeneidade das forças. São elas que, inversamente, induzem a produção de verdades e a constituição do Estado. As forças se afetam entre si em “focos locais” (Foucault, 1976, p. 130), encadeando-se e codificando-se numa “estratégia de conjunto” (Foucault, 1976, p. 132); essa codificação quase sempre tende a perpetuar-se, estabelecendo a preponderância de uma linha de força e sedimentando em torno dela uma *forma* terminal, mas não acabada. Desse modo, o Estado é considerado somente uma das formas terminais da sedimentação entre as forças microfísicas e não o ponto de partida das relações de poder.

Na medida em que a teoria jurídico-filosófica do poder parte da unidade do Estado, ignora o caráter produtivo e relacional das forças. Tal teoria entende o poder somente como limite e proibição; assim imaginado, ele é reduzido à pura negatividade, como posse e conquista de uns em troca da cessão ou da carência de outros. Para Foucault, a teoria jurídico-filosófica tornou o poder paradoxalmente impotente.

Quanto à analítica, pretende sublinhar o poder como potência relacional capaz de induzir, suscitar e produzir objetos e verdades. A unidade normalmente atribuída ao poder, seja a partir do sujeito que o detém, seja pelas estruturas que ele constitui, tal como o Estado, a Política, a Paz, a Guerra, a Segurança, a Soberania, são somente nomes dados à confluência de uma multiplicidade de forças que assim o representa.

Pretende-se sublinhar nesse ensaio que uma das continuidades observáveis na analítica do poder foucaultiana é que a efetivação de algo não passa da realização singular de inúmeras outras possibilidades, que a unidade sempre deriva da multiplicidade. Contudo, uma das possíveis descontinuidades dessa analítica é que a multiplicidade deixa de ser entendida da mesma maneira a partir dos cursos *Sécurité, territoire, population* (2004a) e *Naissance de la biopolitique* (2004b). Isso se deve, fundamentalmente, à introdução da problematização da governamentalidade na analítica do poder. Esse conceito, por sua vez, permitirá uma topologia diferente do poder político estatal no pensamento de Foucault.

As artes de governar diante da unidade da Soberania

Se um dos objetivos da microfísica do poder era propor uma política da multiplicidade diante da unidade monolítica das teorias do poder, nos cursos *Sécurité, territoire, population* (2004a) e *Naissance de la biopolitique* (2004b) a multiplicidade deixa de ser entendida em termos de correlação estratégica entre as forças, para ser proposta como campo de ações possíveis e limitantes do exercício de governo diante das efetivações políticas unitárias e acabadas. Essa descontinuidade é tributária do estudo das artes de governar do século XVI. Na quarta sessão de *Sécurité, territoire, population* (2004a), Foucault contrasta a multiplicidade das artes de governar à unidade política da Soberania, objeto privilegiado da filosofia política. Em vez de pensar que da forma unitária da soberania derivaria a multiplicidade das artes de governar, estas últimas são consideradas como aquilo que limita a própria unidade da forma da soberania.

Para Foucault, as artes de governar que explodem no século XVI e se difundem até o final do século XVIII não são manuais de conselhos ao príncipe ou tratados de ciência política. Elas constituem diferentes possibilidades de governar os outros e de governar a si mesmo. Na pastoral católica e protestante, tem-se o governo das almas e das condutas; na pedagogia do século XVI, o problema do governo das crianças; na política, a questão do governo do Estado pelos príncipes. As questões fundamentais passam a ser: como se governar, como ser governado, como governar os outros, como fazer para ser o melhor governo possível?

A multiplicidade dos atos de governar do século XVI de um lado se entende como políticas de resistência diante da concentração estática derivada da crise do sistema feudal e da criação dos Estados administrativos e territoriais; de outro, ela se situa a partir da dispersão e dissidência religiosa provocadas pela Reforma e Contra-Reforma, cuja consequência maior é o questionamento da maneira pela qual o indivíduo quer ser governado, conduzido, dirigido nesse mundo em vistas de sua salvação. Nos âmbitos individual, social, religioso, pedagógico, político, médico, filosófico, as perguntas são comumente: “como ser governado, por quem, até que ponto, para quais fins, por quais métodos?” (Foucault, 2004a, p. 92).

Para Foucault, uma das maneiras mais adequadas de compreender a importância dessa multiplicidade das artes de governar consiste em situá-las em oposição a um livro que, do século XVI até o século XVIII, foi objeto de repulsa e de indignação, que é *O Príncipe* (2002) de Nicolau Maquiavel (1469-1527).

Como é de conhecimento, o livro do florentino foi louvado pelos seus contemporâneos e sucessores imediatos. No século XVI, Florença estava assolada por conflitos e sendo invadida por estrangeiros. Maquiavel observa que os modelos de rei justo e bom já não servem para seu tempo. O bom rei medieval que dava coisas para os súditos logo será substituído por outra figura, que é a do bom administrador; agora, ele precisa dominar os conhecimentos necessários para gerir seu território, como, por exemplo, cuidar da economia do Estado e do seu exército. Desde logo, percebe-se que o modelo medieval de rei justo e bom é mais pernicioso ao seu país do que o soberano que se serve de todos os meios, inclusive ilícitos, para conservar o Estado que ele recebeu.

O soberano será bom se for eficaz, capaz de perpetuar-se no poder para conseguir a estabilidade do Estado, ainda que submetta outros príncipes. Mas, para Foucault, o problema de Maquiavel não é a conservação do Estado em si mesmo; antes, o que ele procura salvaguardar é a relação do Príncipe àquilo sobre o qual ele exerce sua dominação, quer dizer, o principado como relação de poder do Príncipe sobre seu território ou sua população (Foucault, 2004a, p. 248).

No século XVI, Maquiavel foi o pensador mais incisivo a propor a separação entre moral e política. Enquanto a moral deve restringir-se à esfera da vida privada, a política é a técnica social que permite, quando for o caso, ações e decisões proibidas até mesmo pela moral. O dirigente eficaz é aquele capaz de agir inclusive contra sua consciência em favor de sua tarefa política, como é o caso do governante que manda matar seu filho quando este o trai.

Maquiavel foi muito lido no início do século XIX, em virtude do complexo contexto marcado pelas invasões napoleônicas, pelo problema da Revolução, pelo equilíbrio das relações de forças dos países europeus imposto pelo Congresso de Viena e pelos conflitos em torno da unidade da Alemanha e da Itália. Uma das razões da afluência ao seu pensamento se deve ao fato de que, no seu tempo, ele já tratara a respeito da unidade da Itália; mas a principal delas é que a indagação fundamental de sua obra política se mostrou atual no contexto do início do século XIX: “como manter a soberania de um soberano sobre o Estado?” (Foucault, 2004a, p. 93).

Foucault quer sublinhar que, no longo período que se estende do elogio do pensamento político de Maquiavel no século XVI e sua revalorização marcante no início do século XIX, desenvolveu-se uma vasta literatura anti-Maquiavel. Por “literatura anti-Maquiavel” não são designados somente textos de caráter negativo e reativo; antes, trata-se de um gênero positivo com seu próprio objeto, conceitos e estratégias.

Para caracterizar essa literatura peculiar e, na maioria das vezes, ignorada pelas teorias do poder jurídico-filosóficas, Foucault se serve do emblemático livro *Le miroir politique* (1567), de Guillaume La Perrière. No século XVI, ele é considerado um dos símbolos da política da multiplicidade diante da perspectiva monolítica do governo, identificada com a soberania do príncipe.

Ao contrário de Maquiavel, para o qual somente o soberano governa, para La Perrière, o termo “governante” é atribuível a uma pluralidade de agentes. Quando se utiliza o verbo “governar”, entende-se por isso o governo do lar, o governo das almas, o governo das crianças, o governo de uma província, o governo de uma ordem religiosa, inclusive o governo de si mesmo.

Essa multiplicidade das artes de governar observadas no século XVI foi fundamental para a proposição foucaultiana de uma genealogia da governamentalidade em face da teoria da soberania. Na teoria jurídica da soberania eram demarcadas descontinuidades de natureza entre o governo do príncipe e qualquer outra forma de poder. Afinal de contas, somente o soberano governa. Em contrapartida, a analítica do poder tenta identificar uma imanência entre o governo soberano estatal e outras formas de governo. “Há, pois, ao mesmo tempo, pluralidade das formas de governo e imanência das práticas de governo em relação ao Estado, multiplicidade e imanência dessa atividade que a opõe radicalmente à singularidade transcendente do Príncipe de Maquiavel” (Foucault, 2004a, p. 98).

Para ilustrar essa diferença de perspectiva, Foucault contrasta *O Príncipe* com um livro de La Mothe Le Vayer (1588-1672) intitulado *L’Oeconomique du Prince* (1756).

O príncipe de Maquiavel tem sustentação num princípio basilar: ele está em posição de exterioridade em relação ao seu principado. “O príncipe de Maquiavel recebe seu principado seja por herança, seja por aquisição, seja por conquista; de todo modo, ele não faz parte dele, é exterior em relação a ele” (Foucault, 2004a, p. 95). Portanto, não há pertença fundamental, essencial, natural e jurídica entre o príncipe e seu principado, razão pela qual ele estará constantemente ameaçado externamente por inimigos que querem tomá-lo, e internamente, por aqueles súditos que não aceitam sua soberania. Em consequência, o escopo maior do exercício do poder será a manutenção, reforço e proteção do principado não tanto no sentido objetivo, constituído pelos súditos e pelo território; antes, trata-se de proteger o

principado no sentido de que ele materializa a relação do príncipe com aquilo que ele possui, quer dizer, o território adquirido e a submissão dos súditos. Maquiavel então irá analisar quais são os maiores perigos para o principado e de onde eles advêm; em seguida, como manipular as relações de força de modo a permitir ao príncipe proteger os vínculos entre seus súditos e seu território. Portanto, *O Príncipe* aparece para essa literatura como um tratado de habilidade do príncipe na conservação do seu principado, totalmente alheio a quaisquer outras formas de governo dentro de seu próprio território.

Já La Mothe Le Vayer (1588-1672) indica que nas artes de governar há uma continuidade ascendente e outra descendente entre o governo moral de si mesmo, o governo econômico da família² e o governo político do Estado. Ascendente, porque quem quiser governar o Estado, primeiro precisa saber governar a si próprio e ainda tratar adequadamente sua esposa e seus filhos. A pedagogia da formação dos príncipes assegura essa continuidade ascendente derivada das demais formas de governo. Continuidade também descendente, posto que, ao ser um Estado bem governado, também os pais de família saberão governar adequadamente suas famílias, seus bens e propriedades, assim como quaisquer pessoas se governarão como convém.

A imanência identificada por Foucault em La Mothe Le Vayer entre essa multiplicidade de governar, desde o governo de si mesmo até o governo do Estado, é deveras proveitosa para os deslocamentos da analítica do poder, principalmente na sua compreensão do Estado. Este deixa de ser entendido exclusivamente como forma terminal, sedimentada, de uma correlação germinal entre forças heterogêneas. A relação entre forças e formas é abandonada. Doravante, Foucault entende que as relações de poder consistem num campo de ações de múltiplas possibilidades, porém de uma mesma natureza: desde agir sobre uma população, agir sobre as ações de outrem (governo dos outros) até agir sobre a própria conduta (governo de si mesmo). A macropolítica torna-se indissociável da micropolítica.

A leitura de Guillaume La Perrière traz ainda outras possibilidades para a analítica do poder. O fundamento do principado e da soberania para Maquiavel é o território, sendo que as pessoas, seu solo, seu clima são somente suas variáveis. Já para La Perrière, governo designa a “correta disposição das coisas, das quais nos encarregamos para conduzi-las ao fim conveniente” (La Perrière, 1567, *in* Foucault, 2004a, p. 99, 115, nota 15). O território não é mencionado. Somente “coisas”.

Foucault interpreta que por coisas o autor do século XVI se refira à complexidade de “homens e coisas”. Quer dizer, constituem objetos de governo os *homens* nas suas relações com as riquezas, com os recursos e com o território, com os costumes, hábitos, maneiras de fazer e de pensar; eles permanecem como objetos de governo quando a preocupação do governante é com os acidentes e infelicidades, tais como a fome, as epidemias, a morte. “O essencial é, pois, esse complexo de homens e coisas; esse é o elemento principal, o território, a propriedade não sendo dele senão, de algum modo, uma variável” (Foucault, 2004a, p. 100). Portanto, a ideia segundo a qual aquilo a que se governa são os indivíduos, ideia essa que vem da economia em referência ao modelo do pai que governa a família, já estava presente no pensamento político do século XVI.

Foucault explicita então por quais razões essas artes de governar, em que pese sua riqueza e potencial, foram simplesmente sufocadas pelas teorias da soberania

² Foucault adverte que entre esses diferentes tipos de governo, a economia no sentido que deriva dos gregos (*oikos* = habitação, lar + *nomos* = lei) ocupa o lugar central. Ele lembra que no artigo “Economia política”, de Rousseau, a palavra economia designa “o sábio governo do lar para o bem comum de toda a família” (Rousseau *in* Foucault, 2004a, p. 98). Lembra ainda que entre os gregos é tautológico falar de governo econômico, posto que a arte de governar é precisamente o exercício do poder na forma e segundo o modelo da economia.

política. A principal delas seria porque o século XVII bloqueou as artes de governar, aprisionando-as no interior das monarquias administrativas. Trata-se, pois, de uma razão histórica: as artes de governar só poderiam desenvolver-se em períodos de expansão, quer dizer, na ausência de urgências militares, econômicas e políticas. E o século XVII foi historicamente acometido pela Guerra dos Trinta Anos, pelas revoltas camponesas e urbanas e pela crise financeira, sufocando as artes de governar.

Há também outra razão de ordem política. No século XVII, o exercício da soberania, como questão teórica e como princípio de organização política, ainda é preponderante, o que obstaculizou que as artes de governar se desenvolvessem de modo autônomo. O exemplo maior é o mercantilismo. Ainda que tenha sido a primeira racionalização do exercício do poder como prática de governo, mesmo que ele tenha constituído um saber de Estado utilizado como tática de governo, na verdade o mercantilismo não visava ao crescimento do Estado, mas essencialmente ao incremento da potência do soberano. “O mercantilismo tratava de fazer retomar as possibilidades dadas por uma arte refletida de governo no interior de uma estrutura institucional e mental de soberania que a bloqueava” (Foucault, 2004a, p. 106). Serão os juristas do século XVII que tentarão efetuar esse desbloqueio quando propõem uma reatualização da teoria do contrato pela qual se postula um envolvimento recíproco entre os soberanos e os súditos como princípio fundador e matriz da arte de governar. Mas para Foucault isso sempre permaneceu no âmbito teórico do direito público, sem muita incidência no real.

Ocorre que, no século XVI, as artes de governar estavam ainda muito presas ao modelo econômico estreito, inconsistente e frágil da família; já no século XVII, elas serão pensadas a partir das estruturas institucionais amplas e rígidas da soberania. No fundo, elas estavam bloqueadas pela própria ideia que remanesca da economia antiga, ainda deveras limitada à gestão do lar.

O desbloqueio das artes de governar somente ocorrerá quando os Estados terão que tomar como objeto precípuo não a unidade do Território, mas a complexidade de uma População.

A expansão demográfica do século XVIII propicia o desenvolvimento de uma ciência de governo e uma concepção diferente da economia, não mais centradas no modelo da família. A estatística, que na soberania somente funcionava no quadro da administração monárquica, tornar-se-á uma ciência de governo fundamental para tal desbloqueio. Essa nova ciência descobre que a população tem fenômenos específicos decorrentes de sua agregação, irreduzíveis àqueles da família. É o caso das regularidades próprias da população, tais como taxas de natalidade, mortalidade, morbidade, endemia, epidemia, trabalho e riqueza. Quando a estatística realiza a quantificação dos fenômenos específicos da população com seus efeitos econômicos, a consequência disso é o desaparecimento da família como modelo econômico. Ainda assim a família continua sendo um segmento privilegiado da população, porque quando se quiser saber algo sobre o comportamento sexual, sobre a demografia e sobre o consumo, é imprescindível a passagem pela família.

Contudo, ela já não tem a mesma importância: de modelo, ela se torna somente instrumento para o governo da população. Esta será a finalidade última do governo. Governa-se para melhorar a vida e a saúde da população, assim como para aumentar sua riqueza e bem-estar. Ela também é instrumento do governo, na medida em que este dela se vale, sem que seja percebido, por meio de campanhas, tais como a relacionada ao controle das taxas de natalidade, o redirecionamento de seu fluxo etc. Ela é ainda sujeito de necessidade e, ao mesmo tempo, objeto nas mãos do governo. A população “aparece como consciente, em face do governo, daquilo que ela quer, e inconsciente, também, daquilo que se quer fazer a ela (Foucault, 2004a, p. 109).

Ainda, a população será o objeto que o governante deverá levar em consideração no seu saber e nas suas observações, se ele quiser governar de maneira racional e refletida. Não há um saber governamental que prescindia do conhecimento de todos os processos que circundam a população. Esse saber será denominado de economia. A economia política surge quando a população é considerada um dos elementos fundamentais da riqueza. Para os fisiocratas, a ciência do governo é aquela que tergiversa sobre as relações entre riquezas e população. O nascimento da economia política e o surgimento da população demarcam a passagem das artes de governar para a ciência política, das estruturas da soberania para as estruturas do governo.

Rousseau, no *Discours sur l'économie politique* (1964), busca definir uma arte de governo irredutível ao modelo econômico da família. Já em *Do Contrato social* (1978), quando trata de conceitos como "natureza", "contrato" e "vontade geral", ele procura estabelecer um princípio geral de governo no lugar do princípio jurídico da soberania. Isso não significa mera substituição do princípio da soberania pelo princípio do governo; ocorre que a soberania deixa de ser o centro, quando será reinterpretada pela ideia de governo.

Essas conclusões de Foucault a propósito do estudo de autores como La Perrière, La Mothe Le Vayer e mesmo Rousseau ajudam a compreender desdobramentos de seu próprio pensamento. Quando ele identificou a sociedade moderna como uma sociedade disciplinar, ele não afirmou o desaparecimento do *modus operandi* da soberania; igualmente, uma sociedade governamentalizada não vem substituir a sociedade disciplinar.

Na sociedade do governo, as disciplinas serão reposicionadas. Se estas encontraram seu desenvolvimento nos séculos XVII e XVIII em escolas, ateliês, fábricas no âmbito das monarquias administrativas, agora elas serão muito valorizadas quando se trata de gerir a população, não como massa global, mas nos seus mínimos detalhes. Portanto, há a necessidade tanto de redimensionar a fundação da soberania quanto a questão das disciplinas. Poder-se-ia dizer que, no conceito de governamentalidade que Foucault se propõe a analisar, a soberania, as disciplinas e a gestão governamental estão articuladas.

Por 'governamentalidade' entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, ainda que complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por forma maior de saber a economia política, por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Segundo, por 'governamentalidade' entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não cessou de conduzir, e desde muito tempo, à preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de 'governo' sobre todos os outros: soberania, disciplina, e que, por uma parte, levou ao desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, de outra parte], ao desenvolvimento de toda uma série de saberes (Foucault, 2004a, p. 111-112).

Nessas diferentes designações, o termo "governamentalidade" tem um sentido eminentemente político (Foucault, 2004a, p. 374). Foucault quer mostrar que no Ocidente não foi a sociedade que paulatinamente passou a ser estatizada; pelo contrário, o Estado é que cada vez mais tornou-se governamentalizado. Se, na analítica microfísica do poder, Foucault era acusado de prescindir do Estado, agora ele o problematiza como uma das possibilidades das múltiplas técnicas de governo.

A cada momento, são as táticas de governo que permitem definir o que é da competência do Estado e o que permanece fora dela, o que é público e o que é privado, o que é

estático e o que é não-estático. Assim [...], só é possível compreender a sobrevivência e os limites do Estado levando em conta as táticas gerais da governamentalidade (Foucault, 2004a, p. 112).

Como é possível observar, as relações de poder no sentido de governamentalidade, além de redimensionar o significado de multiplicidade, inauguram também novos canteiros históricos na analítica do poder foucaultiana. Em boa parte do curso de 1978 e em todo o curso de 1979, esses canteiros históricos se referem à arte de governar estatal. Segundo Lemke (2006, p. 9), “[O] Estado, que até então havia representado um ponto de referência negativo em sua teoria [de Foucault], passou a ser o objeto central da análise.”

Para destacar essa centralidade serão tomadas como exemplo as técnicas de governamentalidade liberal e neoliberal, problematizadas no curso de 1978/1979, *Naissance de la biopolitique* (2004b). Entretanto, seja ressaltado que o propósito não é analisar exaustivamente essas técnicas de governo estatais. Somente queremos apontar que a problematização da governamentalidade também permitiu a Foucault estabelecer um diagnóstico significativo da época contemporânea, a partir da ênfase na racionalização do poder político.

A governamentalidade liberal

Se, desde seu nascimento, a teoria liberal tem se preocupado com os sujeitos de direito e com as liberdades de iniciativa individuais e tem sido abordado como uma representação do poder, a analítica do poder tenta mostrar que o problema da gestão da população implicou a delimitação do liberalismo como uma arte governamental, um *modus operandi*. Nesse segundo aspecto, o liberalismo é caracterizado como “princípio e método de racionalização do exercício do governo – racionalização que obedece, e aí se encontra sua especificidade, à regra interna da economia máxima” (Foucault, 2004b, p. 323). Quer dizer, ao contrário de outras racionalizações de governo que maximizam seus efeitos diminuindo os custos, na racionalização liberal pressupõe-se que o governo, entendido como a atividade que consiste em dirigir a conduta dos homens em quadros e com instrumentos estatais, jamais é um fim em si mesmo. A razão de Estado, cuja origem remonta ao final do século XVI, busca no exercício e no reforço do Estado a legitimação de uma governamentalidade crescente e a regulamentação de seu desenvolvimento; já o liberalismo, tem a prerrogativa de que o Estado sempre governa demais.

Na razão de Estado, a simples existência do Estado supõe imediatamente o exercício do governo; em contrapartida, a crítica liberal parte do conceito de sociedade civil e pergunta pela necessidade do governo estatal e em que medida pode-se privar relativamente dele. A importância crescente atribuída pelo liberalismo à categoria sociológica de sociedade possibilita desenvolver uma tecnologia de governo na qual o Estado será considerado um suplemento da sociedade, como se fosse seu excesso.

A analítica do poder foucaultiana apresenta o liberalismo não como uma teoria coesa, mas como uma técnica de governar polimorfa. Se for considerado somente o contexto do século XIX, ora ele é interpretado como exercício crítico diante da razão de Estado que predominava anteriormente, ora é lido como o questionamento sempre atuante em relação às maneiras contemporâneas de governar, no sentido de que procura a limitação constante dos excessos do governo. Seu estilo é descrito como um mecanismo contínuo e complexo de resistência coletiva em face dos poderes exacerbados do governo estatal, mas que nem sempre opera do mesmo modo.

Esse mecanismo de resistência é representado pelo próprio conceito de mercado. Na crítica liberal inglesa do final do século XVIII e da primeira metade do século XIX, especialmente nos escritos de J. Bentham, o mercado é muito mais do que o objeto privilegiado da teoria da economia política; ele é também o lugar desde o qual é possível criticar o excesso da governamentalidade estatal. A crítica à política mercantilista é basicamente a seguinte: maior é a intensificação dos procedimentos governamentais, maior a incompatibilidade com o desenvolvimento dos processos econômicos. Entende-se por que na economia francesa e inglesa do século XVIII o mercado é situado no limite da ação governamental. Daí o adágio de que o rei reina, mas não governa. Quer dizer, o saber próprio da economia política, ao observar o funcionamento do mercado, adquire uma especificidade que será ignorada quase completamente pela governamentalidade estatal. O *modus operandi* do liberalismo econômico se torna a maior instância crítica da política mercantilista governamental.

A governamentalidade neoliberal

Foi mencionado algures que a outra face do liberalismo polimorfo apresentada por Foucault é a que opera ao modo do questionamento sempre atuante em relação às maneiras contemporâneas de governar. Vale ressaltar que essa é a primeira e única vez que ele faz uma genealogia da época contemporânea em sua investigação. Ela está focada em dois desdobramentos da prática liberal no século XX: o liberalismo alemão do Pós-Guerra, entre 1948 e 1962; e o neoliberalismo norte-americano da Escola de Chicago. Para Foucault, um e outro constituem uma crítica hodierna aos excessos de governo, no sentido de que denunciam sua irracionalidade e propõem uma tecnologia governamental adaptada ao livre mercado.

Na Alemanha do Pós-Guerra, além do Estado nazista, o excesso de governo era atribuído à economia planificada do período de 1914-1918 e ao socialismo de Estado. A fundamentação teórica do liberalismo alemão do Pós-Guerra foi desenvolvida por economistas e juristas pertencentes à chamada Escola de Friburgo nos anos 1928-1930, ou pelos associados a essa Escola, que mais tarde publicam suas investigações na revista *Ordo*. Constituem nomes importantes os de Wilhelm Röpke, Walter Eucken, Franz Böhm, Alexander Rüstov, Alfred Müller-Armach, dentre outros. Conhecidos posteriormente como *Ordo-liberais*, tais pensadores criaram a economia de mercado social e influenciaram a política econômica da Alemanha Ocidental desde seus primórdios. Ao contrário de Adorno e Horkheimer, que associavam o capitalismo liberal ao nazismo, para os membros da Escola de Friburgo, o Terceiro Reich foi possível justamente porque nele o liberalismo estava ausente. É consenso na Escola de Friburgo que a alternativa política contemporânea não está entre liberalismo e socialismo, mas entre liberalismo e quaisquer outras formas de intervenção estatais, sejam elas socialistas ou capitalistas. Depreende-se a amplitude da crítica elaborada pelo *ordo-liberalismo*: ela está dirigida ao socialismo soviético, mas também ao nacional-socialismo alemão e ao Estado de Bem-Estar Social proposto por Keynes. O adversário comum é o governo planificador que intervém na economia e que, no entanto, ignora o modo como os preços são regulados pelos mecanismos do mercado. Foucault entende como liberal a tecnologia de governo segundo a qual a economia de mercado é inteiramente ordenada nos quadros jurídicos e institucionais da sociedade civil. Vale ressaltar, porém, que os limites da liberdade econômica são as distorções sociais que ela possa causar, devendo então ser submetida a correções.

O neoliberalismo norte-americano, por sua vez, foi desenvolvido pelos membros da Escola de Chicago. Estes identificam o excesso de governo com a política de planificação econômica implantada pelo *New Deal*, desde o governo Roosevelt.

Percorre-se um caminho oposto do liberalismo social alemão. Na economia de mercado social alemã, a regulação dos preços pelo mercado é a única referência da economia racional; no entanto, a fragilidade dessa economia exige que seja constantemente ordenada por uma política de intervenções sociais para ajudar os desempregados, os pobres etc. Para o neoliberalismo norte-americano, o fundamento da economia racional não é unicamente o estabelecimento dos preços; ele é estendido também a domínios não diretamente econômicos, tais como a família, a educação, o controle de natalidade, a saúde etc. Os problemas específicos da vida e da população, da delinquência e dos monopólios, fazem parte da economia racional que, por sua vez, é considerada o modelo formal do conjunto dos problemas sociais.

A análise elaborada por Foucault a respeito do neoliberalismo contemporâneo é significativa em pelo menos dois aspectos: primeiro, porque, tomado desde a perspectiva de seu *modus operandi* e não de uma representação de governo ou ideologia, o neoliberalismo para ele tem exercido uma função crítica singular ao Estado intervencionista; ela se materializa na denúncia contínua dos excessos do governo político e é um dos mecanismos mais eficazes de resistência em face do excessivo intervencionismo estatal nas questões econômicas. E nesse aspecto é elogiado o ordoliberalismo alemão. Mas, num segundo aspecto, é preciso lembrar que não foi esse neoliberalismo que triunfou e se espalhou mais tarde nas nações liberais e até mesmo nos antigos países socialistas. Predominou o neoliberalismo da Escola de Chicago, cujas características eram perceptíveis há aproximadamente 30 anos por Foucault com uma acuidade e previsibilidade impressionantes. Principalmente, porque o mercado competitivo passou a ser a nova referência não somente da economia, mas de todas as demais instâncias sociais, e, além delas, da própria existência individual. A atualização permanente do capital humano, a condução de si mesmo no competitivo mercado de trabalho e de capitais, estimulou uma nova forma de subjetivação sujeitada, pela qual o indivíduo não passa de agente econômico. Ao constituir-se em referência quase exclusiva, o mercado produz individualizações vulneráveis e suscetíveis a seus apelos e estímulos incessantes.

O que é possível concluir da breve caracterização desses dois canteiros históricos é que as técnicas de governo liberais, pelo menos da maneira como Foucault as aborda, constituíram-se, em determinado momento, críticas incisivas ao excesso de poder seja em relação à razão de Estado do final do século XVI, seja diante do mercantilismo inglês do final do século XVIII. Já as artes neoliberais de governar foram fundamentais para limitar quaisquer excessos de intervencionismo e regulação estatais sobre a sociedade e sobre a vida dos indivíduos. Ainda que, como bem nota Gordon, Foucault jamais tenha elaborado juízos valorativos nas aulas sobre a governamentalidade³, pode-se supor que também na atualidade seria possível opor técnicas de governamentalidade diante do *modus operandi* do neoliberalismo e o valor absoluto que o mesmo atribui ao mercado, como instância decisiva não somente de regulação social, mas principalmente de controle da vida dos próprios indivíduos.

Considerações finais

Sem descartar outras leituras, é razoável afirmar que o conceito de governamentalidade introduz uma modificação significativa na analítica do poder. Ainda que o critério para interpretar as grandes unidades da filosofia política, tais como a Soberania, o Estado, o Liberalismo, continue sendo a proposição de uma política

³ "One of the conspicuous attributes of Foucault's governmentality lectures is their serene and (in a Weberian sense) exemplary abstention from value judgments" (Gordon, 1991, p. 6).

da multiplicidade, já não se trata da mesma multiplicidade explicitada até 1976. Nos primeiros estudos da década de setenta, ela era entendida somente no aspecto microfísico, no sentido de que as relações de poder concerniam ao âmbito das forças germinais e não ao das formas sedimentadas.

A partir da problematização da governamentalidade em 1978, o germinal e o sedimentado são pensados como campos de possibilidades plurais e imanentes entre si. Isso permite concluir o seguinte: se a governamentalidade proporcionou uma modificação ou até mesmo uma fratura no interior da analítica do poder, em compensação ela facultou tratar num mesmo plano de imanência a genealogia da racionalidade política estatal moderna e a constituição ética do indivíduo, a macropolítica e a micropolítica, o governo dos outros e o governo de si mesmo. Assim considerada, essa leitura ajuda a situar a genealogia da ética dos anos 1980 como um dos desdobramentos da governamentalidade, depois de Foucault tê-la estudado na sua dimensão política.

Referências

- FOUCAULT, M. 1976. *Histoire de la sexualité, I: la volonté de savoir*. Paris, Gallimard, 211 p.
- FOUCAULT, M. 1997. *Il faut défendre la société: Cours au Collège de France, 1975-1976*. Paris, Gallimard/Seuil, 283 p.
- FOUCAULT, M. 2004a. *Sécurité, territoire, population: Cours au Collège de France, 1977-1978*. Paris, Gallimard/Seuil, 435 p.
- FOUCAULT, M. 2004b. *Naissance de la biopolitique: Cours au Collège de France, 1978-1979*. Paris, Gallimard/Seuil, 355 p.
- GORDON, C. 1991. Government rationality: An introduction. In: G. BURCHELL; C. GORDON; P. MILLER (eds.), *The Foucault Effect: Studies in governmentality*. Chicago, The University of Chicago Press, p. 1-51.
- LA MOTHE LE VAYER, F. de. 1756. L'Oeconomique du Prince. In: F. de. LA MOTHE LE VAYER, *Oeuvres de François de La Mothe Le Vayer*. Nouvelle Edition Revue et Augmentée. Tomo I, parte II. Dresde, Michel Groell, p. 285-298. Disponível em: <http://www.gallica.bnf.fr>. Acesso em: 21/04/2010.
- LA PERRIÈRE, G. 1567. *Le Miroir politique, oeuvre non moins utile que nécessaire à tous monarches, roys, princes, seigneurs, magistrats, et autres surintendants et gouverneurs de Republicques*. 2ª ed., Paris, V. Norment, 126 p. Disponível em <http://www.gallica.bnf.fr>. Acesso em: 21/04/2010.
- LEMKE, T. 2006. 'Marx sin comillas': Foucault, la gubernamentalidad y la crítica del neoliberalismo. In: T. LEMKE; S. LEGRAND; G. LE BLANC; W. MONTAG; M.E. GIACOMELLI (eds.), *Marx y Foucault*. Buenos Aires, Nueva Visión, p. 5-20.
- MAQUIAVEL, N. 2002. *O príncipe*. 10ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 156 p.
- ROUSSEAU, J.-J. 1964. Discours sur l'économie politique (1775). In: J.-J. ROUSSEAU, *Oeuvres complètes*. Paris, Gallimard, tomo 3.
- ROUSSEAU, J.-J. 1978. *Do contrato social*. 2ª ed., São Paulo, Abril Cultural, 428 p.

Submetido em: 04/05/2009

Aceito em: 26/02/2010